

PRIMA POBRE

NA QUARTA MATÉRIA DA SÉRIE SOBRE A POLÍTICA CULTURAL DO GDF NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, ARTISTAS DA CIDADE RECLAMAM DA FALTA DE ATENÇÃO PARA A ÁREA DE ARTES PLÁSTICAS. O SECRETÁRIO SILVIO TENDLER PENSA EM CRIAR CÂ-

MARAS SETORIAIS

“PARA DEMOCRATI-

ZAR O ACESSO AOS RE-

CURSOS” E RECONHECE

AS DIFICULDADES.

Newton Araújo Jr.

Da equipe do Correio

A atuação do governo de Brasília no setor de artes plásticas deixa a desejar, na opinião de conceituados artistas da cidade. Eles empilham críticas aos responsáveis por formular a política cultural para a área. “As artes plásticas são um flanco aberto”, reconhece o secretário de Cultura, Silvio Tandler.

Este ano, 37 mil pessoas passaram pelas 55 exposições realizadas nos espaços da secretaria de Cultura: Galeria Athos Bulcão, Mezanino da Sala Villa-Lobos, Foyer da Sala Martins Pena e Jardim das Delícias.

Correndo por fora, aconteceram 18 exposições na Galeria Vincent Van Gogh, de Sobradinho, e sete outras na Galeria do Teatro da Praça, em Taguatinga.

O Museu de Arte de Brasília (MAB), o único exclusivo para artes plásticas na cidade, esteve em obras e exibiu o seu próprio acervo em espaço improvisado. O museu continua em compasso de espera para a realização de novas obras. A diretora do MAB, Elisa Piccinini, enfrenta a burocracia do GDF para aplicar o dinheiro repassado pelo MinC e dar início às reformas.

Deste balanço oficial não constam as atividades variadas concentradas no Espaço Cultural 508 Sul, um caso à parte dentro do esquema de artes plásticas do governo. Mesmo assim funcionando com extremas deficiências.

Mas estes números não empolgam os artistas plásticos locais. “A galeria Athos Bulcão, a maior da cidade, está abandonada, fora da rota do público. Não há divulgação, empenho”, bradam em coro os artistas Evandro Salles e Ralph Gehre.

Ralph não critica diretamente o atual governo, reconhecendo que ele tem feito um importante trabalho de ponta na área de educação básica. Ponto ressaltado pelo governador Cristovam Buarque em entrevista ao *Correio Dois*. O governador reconhece, no entanto, que “um governo que não tem condições de pagar em dia o 13º salário dos seus servidores não tem dinheiro para in-

Ronaldo de Oliveira



As reformas do Museu de Arte de Brasília (MAB) dependem das verbas do MinC que estão emperradas no GDF

vestir nessa área”.

Mas Evandro não poupa críticas: “Não há projeto algum para as artes plásticas e é nula a atuação do GDF nessa área, que não oferece o retorno de marketing que o governo consegue com o teatro, a música ou o cinema, onde investe com o *Temporadas Populares* e o Festival de Brasília”, diz ele.

Com várias ressalvas, existe opi-

nião aproximada dentro da própria oficialidade. Glênio Lima, assessor de artes plásticas da Fundação Cultural diz que “não há vontade política para o setor e há uma tradição de desinteresse nas artes plásticas por parte de todos os governos”.

A Bienal de Artes Plásticas, ou Prêmio Brasília, um dos projetos apresentados por Glênio no início do governo e que constava das in-

tenções do candidato Cristovam Buarque, até hoje não saiu do papel. “Este projeto nunca chegou às minhas mãos”, afiança o secretário Tandler.

O próprio governador chegou a afirmar no início da semana que existiam prêmios para as artes plásticas instituídos pelo seu governo. Enganou-se. A proposta da Bienal, ou salão, virou projeto de

lei nas mãos da deputada Maninha, hoje secretária de Saúde. “Só inscrito em lei, como aconteceu com o Festival de Cinema, esse salão será uma realidade”, diz Glênio.

No momento, o projeto está estacionado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Se for aprovado na CCJ o projeto ainda terá mais duas comissões para enfrentar. Mas esse salão, que na opinião dos artistas Lourenço de Bem, Evandro Sales e Glênio Bianchetti poderia revelar novos talentos, não tem unanimidade no meio artístico.

“O dinheiro que seria investido na realização de um salão seria melhor aplicado na concessão de bolsas de artes para que os artistas dessem oficinas para a comunidade”, opina Ralph Gehre. Ralph já teve convites para ministrar oficinas, mas diz que o Estado não teve como arcar com elas.

Para conseguir o apoio do Estado, o artista precisa passar por uma corrida de obstáculos. Lourenço de Bem enumera as dificuldades: “Primeiro tem que driblar os infindáveis meandros da burocracia; tem que estar sujeito às ‘indicações’ e tem que ter a simpatia pessoal das pessoas que trabalham na área.”

Contra essas picuinhas da burocracia também se volta Glênio Bianchetti: “É por isso que os artistas se afastam do Estado. Mas não é possível ficar de fora, só pixando. Era necessário uma espécie de conselho, de mutirão, de trabalho conjunto dos artistas com o Estado.” No entanto, ele não faz idéia de como se daria esse trabalho.

Glênio Bianchetti, com mais de 50 anos de atividades artísticas, — “a situação continua a mesma hoje” —, toca num ponto que a maioria dos artistas evitam. “Todos estão pensando no próprio trabalho, são individualistas. Têm que ser menos egoístas”, acredita.

Lourenço acha que cabe ao Estado fomentar a discussão e criar condições de o artista expor o seu trabalho. “O artista tem que ter apoio para trabalhar somente como artista e não precisar de outras atividades para sobreviver”, diz ele.

Ralph critica a expectativa alimentada pelo governo de que o empresariado vá bancar os projetos culturais. “Essa é uma perspectiva ingênua, essa história de Lei Rouanet. Esta é uma fonte que um dia seca”, diz ele.

Para tentar aplacar as críticas, o secretário Tandler pensa em criar já no próximo ano Câmaras setoriais por áreas artísticas, com dotações orçamentárias definidas “para democratizar o acesso aos recursos. Essas câmaras se reuniram duas vezes por ano e o projeto que fosse recusado uma vez poderia ser reapresentado”, diz o secretário.